



CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Estadual – Nº 10.546 / 2015

Ata da 110ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social da Paraíba

Local: Ambiente Virtual Google Meet

Data: 30/09/2020

Aos 30 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte se deu de forma remota a 110ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado da Paraíba - CEAS/PB. A presidente Gilmara Andréa de Oliveira inicia a reunião remota agradecendo a todas (os) os conselheiros que estavam conectados; Gilmara Andréa de Oliveira (titular) - Representante da SEDH; Keiles Lucena de Macedo (titular) - Representante COEGEMAS; Mônica Laura Caroli Ervolino (titular) - Representantes dos trabalhadores do SUAS; Ângela Maria de Sousa Almeida (suplente) - Representante do Inst. de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste - IEACN; Eliane Pereira Pontes (titular) Representante do Inst. de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste - IEACN; Amanda de Lourdes P. Fernandes Duarte (suplente) - Representante dos trabalhadores; Ednalva da Silva Nascimento (suplente) - Representante da CEFEC / Sta Rita; Maria Auxiliadora Alves Pereira (titular) - Representante dos usuários; Convidadas: Norma Wanderley - Coordenadora da Casa dos Conselhos; Jaciana Moura Magalhães - Diretora do Sistema único de Assistência Social SEDH; Wênia Martins Lisboa - Gerente Operacional da Alta Complexidade SEDH; Mayara Ribeiro - Auxiliar Adm. da Alta Complexidade SEDH ; Joilma Oliveira - Assistente Social da Alta Complexidade SEDH ; Rayssa Ramalho - Advogada da Alta Complexidade SEDH; Daniela Ninfa -Técnica da Secretaria Executiva do CEAS; Maria da Conceição Farias - Técnica da Secretaria Executiva do CEAS; Evelyne Rose de Araújo Silva- Técnica da Secretaria Executiva do CEAS. A presidente inicia a reunião fazendo a leitura dos pontos de pauta da reunião; I - Regimento Interno da Casa de Passagem; II – Modelo do Termo de Pactuação da Casa de Passagem; II - Plano Estadual de Assistência Social - PEAS; IV - Processo Eleitoral 2020-2022. A presidente **Gilmara Andréa** apresenta a Gerente Operacional da Alta Complexidade **Wênia Martins** que inicia sua fala sobre o Regimento Interno da Casa de Passagem Regional e contextualiza esse serviço esclarecendo que o serviço era o antigo Núcleo de Atendimento Especial (NAE),

um equipamento histórico que era destinado ao acolhimento provisório a adultos e famílias, independentes de gênero, oriundos de outras cidades do estado para tratamento de saúde. Considerando o público que temos na assistência social sobre tudo, a vinda desse equipamento para alta complexidade e considerando a tipificação nacional do serviço socioassistenciais, aprovado por meio da Resolução CNAS nº 109/2009, vimos a necessidade de reordenar o referido equipamento. Desde 2014 que o estado fez uma pactuação com o então Ministério do Desenvolvimento Social de Combate a Fome (MDS) para que fosse ofertado cinquenta vagas para adultos e famílias em situação de rua no estado da Paraíba, a partir desta pactuação o serviço passa a ofertar atendimento para usuários/as da Política de Assistência Social, inscritos no CADÚNICO visando garantir estadia e convívio para pessoas em situação de rua ou de pessoas em situação de migração sem condições de autossustento. Esclareceu que o referido Regimento Interno trata-se de um documento do serviço para organizar sua execução que traz desde o fluxo de acolhimento, os direitos dos usuários e trabalhadores e as sanções que os mesmos poderão sofrer caso descumpram as regras postas no serviço. A gerente continua apresentando um segundo documento, o Termo de Pactuação da Casa de Passagem que é um documento jurídico de gestão onde o estado e os municípios estarão pactuando as responsabilidades de cada ente, quanto ao atendimento, a execução e ao monitoramento do serviço, onde os municípios terão que enviar as demandas dos usuários que serão atendidos. e de que forma o atendimento está organizado em seu território. A gerente junto com a equipe se dispõe caso exista alguma dúvida a prestar qualquer outro esclarecimento que se fizer necessário e as normativas apresentadas. A presidente agradece a apresentação e ressalta a importância por ser um serviço histórico da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano e que precisava se adequar as novas normativas preconizada pela política de assistência social e ganha status de serviço da Proteção Especial de Alta Complexidade, tão necessário aos municípios pois sabemos que existem demandas para esse serviço. Após as apresentações os conselheiros deliberaram por unanimidade sobre Regimento Interno da Casa de Passagem Regional e o Modelo de Termo de Pactuação da Casa de Passagem, favoravelmente e como encaminhamento a emissão de resoluções específicas. Como terceiro ponto de pauta a apresentação Plano Estadual de Assistência Social - PEAS. A presidente **Gilmara Andréa**

ressalta que um instrumento importante dentro da Política da Assistência Social que norteia todos os serviços, programas e projetos em sua execução, sendo esse componente do chamado CPF (Conselho, Plano e Fundo) da Assistência Social, sendo assim os municípios e estados devem possuir, o Conselho instituído por lei e funcionando paritariamente, o Plano de Assistência Social (municipal e estadual) e o Fundo instituído como unidade orçamentária dentro dos municípios e dos estados, para que possam receber os recursos federais e estaduais. Dando continuidade técnica da Diretoria do DSUAS Mônica Laura, apresenta o Plano Estadual de Assistência Social - PEAS, esclarece que o Plano é um instrumento de gestão que reuni um conjunto de estratégias para o período 2019-2022, atualizado de quatro em quatro anos, é uma ferramenta que garante que a política de assistência seja fortalecida como política publica de acordo com as demandas postas. O plano parte de um diagnostico sócio territorial e estabelece metas e prioridades para nortear o desenvolvimento da política de assistência no estado da Paraíba. No âmbito do estado vai se pautar também na revisão do pacto de aprimoramento da gestão estadual e será continuamente monitorado e avaliado. O Plano de Metas terão como eixos; I - Planejamento e Gestão que tem como objetivo aprimorar a Gestão Estadual do SUAS na Paraíba; II - Proteção Social Básica – PSB com objetivo de Fortalecer a Gestão da Proteção Social Básica em consonância com a PNAS/2004, NOB/SUAS, NOB/RH, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Protocolo de Gestão Integrada; III - Proteção Social Especial – PSE que visa fortalecer a Gestão da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade no estado da Paraíba promovendo a qualificação dos Serviços Socioassistenciais com base na legislação vigente e nas particularidades dos territórios dos Municípios; IV - Gestão do Trabalho com objetivo de implementar, fortalecer e dinamizar a Gestão do Trabalho e Educação Permanente no SUAS, em conformidade com a NOB-RH/SUAS; V - Orçamento e Financiamento visando Consolidar a Gestão Estadual do SUAS através da execução da Política de Assistência Social em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; IV - Vigilância Socioassistencial: Informação, Monitoramento, Avaliação com objetivo de consolidar a Gestão Estadual do SUAS através da execução da Política de Assistência Social em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; VII - Controle Social visando

fortalecer o exercício do Controle Social no processo de implementação do Sistema Único da Política Pública de Assistência Social na Paraíba. Após os devidos esclarecimentos os conselheiros deliberaram favoravelmente e com emissão de resolução específica. A presidente fala sobre o processo eleitoral para o CEAS, biênio 2020-2022, esclarecendo a forma de inscrição que nesse pleito será de forma virtual onde os interessados poderão inserir os dados e documentação necessária solicitados na resolução pelo link (formulário google) disponibilizado. Informou que foram publicados a Resolução nº 07 de 28 de agosto de 2020 e o Edital nº 01 de 28 de agosto de 2020. Como informes a presidente fala sobre o Programa Cidade Madura, que a partir do dia 01 de outubro de 2020, inicia-se o processo de flexibilização das visitas dentro dos residenciais, que estavam suspensas desde o início do Decreto Estadual de Emergência em Saúde Pública, assim como repassou que em alusão ao dia do Idoso, foram propostas algumas atividades para os Centros Sociais Urbanos - CSUs desenvolverem atividades na área da saúde, esporte, cultura e educação de forma remota no período de uma semana. Nada havendo mais a tratar, a presidente encerrou a presente reunião agradecendo a participação de todas (os).

Gilmara Andréa de Oliveira (titular)
Representante da SEDH

Keiles Lucena de Macedo (titular)
Representante COEGEMAS

Mônica Laura Caroli Ervolino (titular)
Representantes dos trabalhadores do SUAS

Ângela Maria de Sousa Almeida (suplente)
Repres. Inst. de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste - IEACN

Eliane Pereira Pontes (titular)
Repres. Inst. de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste - IEACN

Amanda de Lourdes P. Fernandes Duarte (suplente)

Representante dos trabalhadores

Ednalva da Silva Nascimento (suplente)

Representante da CEFEC / Sta Rita

Maria Auxiliadora Alves Pereira (titular)

Representante dos usuários

Norma Wanderley

Coordenadora da Casa dos Conselhos

Jaciana Moura Magalhães

Diretora do Sistema único de Assistência Social - SEDH

Wênia Martins Lisboa

Gerente Operacional da Alta Complexidade - SEDH

Mayara Ribeiro

Auxiliar Adm. da Alta Complexidade - SEDH

Joilma Oliveira

Assistente Social da Alta Complexidade - SEDH

Rayssa Ramalho

Advogada da Alta Complexidade - SEDH

Daniela Ninfa

Secretaria Executiva do CEAS

Maria da Conceição Farias

Secretaria Executiva do CEAS



176 **Evelyne Rose de Araújo Silva**
177 Secretaria Executiva do CEAS.